
GESTÃO INFORMACIONAL DO MUSEU AFRO-BRASILEIRO DE SERGIPE (MABS) E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE LARANJEIRAS/SE

INFORMATIONAL MANAGEMENT OF THE AFRO-BRAZILIAN MUSEUM OF SERGIPE AND THE SAFEGUARD OF THE CULTURAL HERITAGE OF LARANJEIRAS CITY / SE

Niliane Cunha de Aguiar

Docente do Departamento de Ciência da Informação (DCI/UFS). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Grupo de Pesquisa Leitura, Biblioteca Escolar e Cidadania da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2198-7882> E-mail: nilianeaguiar@yahoo.com.br

Juliana de Jesus

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5509-6180> E-mail: j-romana@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema o patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras, através do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (MABS), cujo objetivo consistiu em descobrir como este patrimônio é salvaguardado neste museu. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica e documental como meio de adquirir informações pertinentes à cidade e seu patrimônio, como também, a aplicação de uma entrevista direcionada à diretora do MABS para saber, sobretudo, como é desenvolvida a organização e disseminação da informação no museu. Deste modo, trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, norteada pela simbologia do material e imaterial que compõem a historicidade desta comunidade e de seus antecedentes. Assim, este trabalho expõe a interdisciplinaridade da Ciência da Informação (CI), exibindo como é desenvolvida a gestão da informação nos lugares da memória, a exemplo dos museus. Portanto, os resultados deste estudo expõem que esta cidade é repleta de bens culturais

significativos para a construção sociocultural do Estado sergipano, porém, maioria de seus bens imateriais não dispõe de um Registro de reconhecimento. Contudo, constatou-se que o MABS ainda não possui a capacidade de representar efetivamente o patrimônio cultural e a memória coletiva da cidade, uma vez que suas práticas museológicas se encontram distantes da realidade proposta pela Museologia e Ciência da Informação.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Memória Coletiva. Museu. Patrimônio Cultural. Salvaguarda.

ABSTRACT

This research has as its theme the cultural heritage of Laranjeiras city, through the Sergipe Afro-Brazilian Museum (MABS), whose objective was to discover how this heritage is safeguarded in this museum. Therefore, a bibliographic and documentary research was elaborated as a means of acquiring pertinent information to the city and its patrimony, as well as the application of an interview directed to the MABS

director to know, above all, how the organization and dissemination of the information in the museum is developed. Thus, it is an exploratory and descriptive research, guided by the symbolism of the material and immaterial that make up the historicity of this community and its antecedents. Thus, this work exposes the interdisciplinarity of Information Science (IC), showing how information management is developed in places of memory, such as museums. Therefore, the results of this study show that this city is full of significant cultural goods for the socio-cultural

construction of Sergipe State, but most of its immaterial goods do not have a Recognition Register. However, it was found that MABS does not have the capacity to effectively represent the city's cultural heritage and collective memory yet, since its museological practices are far from the reality proposed by Museology and Information Science.

Keywords: Information Science. Collective memory. Museum. Cultural heritage. Safeguard.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se particularmente ao patrimônio cultural e a memória coletiva, sobretudo, a respeito de como estes são protegidos por meio de procedimentos existentes na Ciência da Informação (CI) que é um campo extensivo e interdisciplinar que vem evoluindo significativamente ao longo do tempo, cujo objetivo é analisar a informação desde sua concepção até a transformação do conhecimento, através dos dados adquiridos. Assim sendo, entende-se que por meio dela é possível avaliar, coletar, classificar, manusear, guardar, recuperar e transmitir a informação. Pode-se crer que esta área do conhecimento contribui com estudos direcionados à preservação da memória, observando a formação social e cultural do indivíduo.

Desse modo, a CI abrange áreas como Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, dentre outros campos responsáveis por gestão informacional e documental. Diante disso, as Unidades Informacionais (UI) dos referidos campos que integram a CI são particularmente locais detentores da informação e do conhecimento. Assim, desde o princípio são vistos também como espaços que salvaguardam a memória coletiva de uma determinada comunidade.

Posto isto, pode-se pensar que tais instituições ganham importante destaque, principalmente por oferecer a sua comunidade acervos que trazem em si a memória histórica, cultural e social de seu povo, pondo em evidência sua função mais primitiva que é contribuir para a sociedade através da organização, disseminação e do uso da informação. Desse modo, a resistência de tais memórias depende principalmente da forma como estas estão sendo preservadas.

Todavia, tais espaços são mencionados constantemente em diversos artigos como “Lugares da Memória”, que segundo Santiago Junior (2015, p.246-247) esta expressão “foi uma abordagem francesa, criada por Pierre Nora¹ e assumida por uma série de outros profissionais (historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etc.)”. Por isso, essa memória encontra-se registrada nestas instituições em diversos formatos e suportes, pois, “a informação pode estar em documentos impressos, em diálogos trocados entre cientistas, em patentes, em fotografias, em objetos, etc.” (PINHEIRO, 2002 *apud* QUEIROZ; MOURA, 2015, p.35).

Assim, notadamente, diversas cidades brasileiras são possuidoras de patrimônio cultural importantíssimo que ressalta a memória de suas comunidades, valorizando a herança do passado de seu povo, lembranças estas que devem ser transmitidas para as gerações posteriores com o intuito de preservar a identidade histórica e social de cada nação. Não diferente, o estado de Sergipe é uma região ampla em patrimônios que precisam ser observados constantemente, enaltecendo suas belezas e riquezas naturalmente reveladas por seus monumentos arquitetônicos, suas manifestações folclóricas, artísticas e religiosas, compondo a memória coletiva que é exposta principalmente através dos museus existentes em determinadas comunidades.

O museu, por ser uma instituição com objetivo claro de proteger e exibir lembranças específicas de um determinado grupo social, ou seja, de lidar com representações consolidadas coletivamente, ganha espaço notável em relação a estudos voltados para a gestão da memória. Contudo, esta unidade de informação ganha um considerável destaque em relação à preservação dos bens tangíveis e intangíveis justamente pelo seu valor histórico, social e educacional. Porém, a maioria dos acervos desses espaços não possui uma preservação, conservação e disseminação favoráveis, talvez por não dispor de um profissional especializado para desenvolver uma gestão apropriada.

Dessa forma, o tema que contempla o presente estudo surge da seguinte questão: como o Museu Afro Brasileiro de Sergipe resguarda o patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras?

Por conseguinte, a atual pesquisa tem como objetivo geral descobrir como este patrimônio é salvaguardado pelo Museu Afro. E, por meio de seus objetivos

¹ Pierre Nora é um historiador francês conhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória, o ofício do historiador, e ainda pelo seu papel como editor em Ciências Sociais.

específicos, pretende-se evidenciar os materiais representativos do patrimônio cultural, da memória coletiva da cidade e sua proteção no MABS; como também identificar como é desenvolvida a Gestão da Informação (GI) que consiste no ciclo de atividades que envolvem a aquisição, organização e disseminação da informação.

2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS LUGARES DA MEMÓRIA

A origem da Ciência da Informação segundo (ARAÚJO, 2013. p.19) deve a princípio “ser buscada no paradigma consolidado, no final do século XIX, nas ciências relacionadas com o documento (a Biblioteconomia, principalmente, mas também a Arquivologia e a Museologia)”, pois, foi através deste diálogo que surgiu o campo da Documentação que, anos depois, propiciou o surgimento da CI. Assim, Day (2001) *apud* Araújo (2013, p.19) aborda que:

A Documentação, campo de reflexão e atuação prática criado por Otlet e La Fontaine no início do século XX, voltou-se para a tentativa de se promover um inventário da totalidade dos registros do conhecimento humano - e não para o armazenamento ou a custódia destes registros, tal como vinha sendo realizado pelos arquivos, pelas bibliotecas e pelos museus. No âmbito desta ação, Otlet desenvolveu o conceito de “documento”, alargando o campo de intervenção para além dos livros e documentos administrativos. Embora tratando de arquivos, bibliotecas (e também museus e demais entidades documentais) numa perspectiva integradora, a área acabou se desenvolvendo como uma atividade profissional distinta, paralela, atuando principalmente no campo da informação científica e tecnológica.

Dessa forma, o documento, que vai além da base física, abre um conjunto de possibilidades em sua concepção, pois o documento é qualquer registro de informação, seja qual for o formato ou suporte utilizado para seu registro. Neste sentido, as bibliotecas, os arquivos e os museus são os órgãos inerentes à documentação, sendo que cada um destes possui particularidades na forma de gerir as informações a eles destinadas, como a exemplo da salvaguarda dos bens materiais e imateriais que fazem parte das lembranças do indivíduo. Contudo, notadamente, a Memória e o Patrimônio Cultural são objetos de estudo em diversos campos do conhecimento. Por conseguinte, na CI não poderia ser diferente, uma vez que esta área se mostra diretamente ligada à organização, preservação e divulgação das lembranças da humanidade, contribuindo significativamente para a prática do não esquecimento da sociedade. Deste modo, os valores de uma determinada nação são salvaguardados em locais como Bibliotecas, Arquivos e Museus, locais estes

que são historicamente considerados como “lugares da memória”. Sobre tais espaços, esta pesquisa enfatizará a gestão do patrimônio cultural e memória coletiva em Museus em vista dos seus objetivos.

2.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MUSEUS

Os museus, expressamente, são instituições inerentes ao patrimônio cultural da comunidade em que se insere. Contudo, estes espaços obtêm dentre suas diversas atividades, a função de salvaguardar a memória e o patrimônio local. Assim, segundo a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, os museus são:

Art. 1º as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, *on-line*).

Entretanto, os museus são naturalmente instituições com recursos financeiros e humanos limitados. Porém, segundo a Organização das Nações Unidas para Ciência Educação e Cultura (UNESCO, 2017 p.7), o estabelecimento museológico “têm grande potencial para sensibilizar a opinião pública sobre o valor do patrimônio cultural e natural; e sobre a responsabilidade de todos os cidadãos para contribuir com sua guarda e transmissão”. Nesta direção, o Art. 30 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, explícito nos termos do art. 50 da Lei nº 11.904, de 2009, destaca que “os museus poderão estimular a constituição de associações [...], dos grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público”. Acrescenta-se, também, no art. 32 desta mesma Lei, que, “o museu tem a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico” (BRASIL, 2009, *on-line*). Posto isto, cabe ao museu proteger de forma satisfatória os bens culturais, através dos inventários museológicos, como está descrito na Lei supracitada:

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes. § 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção. §

2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real. § 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União. § 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais (BRASIL, 2009, on-line).

Portanto, compete a este espaço da memória, garantir a conservação e a segurança dos itens que compõem seu acervo. Para que isto aconteça, o parágrafo único do art. 21 da Lei já mencionada, explicita que “os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente” (BRASIL, 2009, *on-line*). Afinal, este acervo faz parte da memória do indivíduo e, conseqüentemente, é uma conexão entre o passado e o presente de sua comunidade. Nessa ótica, manifestando o pensamento de Assis (2011, p.77), “o patrimônio cultural não é pertencente ao passado, mas, efetivamente, ao futuro”, uma vez que é promovido e preservado. O mesmo ainda pontua que compete ao poder público e à comunidade “o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações, a teor do exposto no art. 225, da Constituição da República” (ASSIS, 2011, p.77). Com isso, a salvaguarda do patrimônio cultural envolve o âmbito social e político, devido à necessidade de preservar os bens existentes para que não transcorra nenhuma irregularidade, seja ela natural ou proposital.

Diante do que foi exposto, pode-se decerto considerar que compete ao museu a função de preservar, interpretar e promover o patrimônio natural e cultural da humanidade, como está exposto no princípio do Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que, nesta linha, apresenta que os museus são responsáveis pelo patrimônio cultural, seja ele do universo tangível ou intangível. Assim sendo, o mesmo código ainda esboça que todos os responsáveis pela orientação e a supervisão dos museus “têm como primeira obrigação proteger e promover este patrimônio, assim como prover os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim” (ICOM, 2010, p.15). E, em complemento, o Conselho explana ainda que:

Os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal especial e são protegidos pelo direito internacional. A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, por sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação, quando permitida. (ICOM, 2010, p. 19-20).

Em vista disto, fica claro que o museu é guardião dos mais valiosos patrimônios que constituem a memória coletiva dos cidadãos. Logo, o (ICOM, 2010, p.20) esclarece que “em cada museu, a autoridade de tutela deve adotar e tornar público um documento relativo à política de aquisição, proteção e utilização de acervos”. Portanto, como já foi aludido, para salvaguardar as diversas manifestações culturais e os bens material e imaterial, o museu utiliza-se dos inventários, que são instrumentos de preservação, cujo “principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial” (IPHAN, 2014, *on-line*). Nesta direção, cabe então ao museu, além de proteger seu acervo, criar ações que o viabilizem, tanto dentro quanto fora de suas instalações. Então, de acordo com o Instituto Brasileiro de Museus, as intervenções desenvolvidas no exterior do museu são denominadas processos museológicos, que é a junção das:

[...] atividades, os projetos e os programas com base nos pressupostos teóricos e práticos da museologia, tendo o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas como objeto, visando à produção do conhecimento e ao desenvolvimento cultural e socioeconômico. Os processos museológicos, que se iniciam pela articulação e formação de redes, buscam o empoderamento social e o desenvolvimento cultural, por meio da afirmação da identidade, da apropriação do patrimônio cultural e da construção da memória social (IBRAM, 2014, p.22).

Neste universo, cabe reconhecer que é função dos responsáveis pelos museus desenvolver os procedimentos básicos que vão desde a aquisição, podendo ser através de coleta, doação, permuta, compra, empréstimo, transferência, depósitos, legado, entre outros; documentação; preservação; conservação; pesquisa e consequentemente comunicar/externar o patrimônio pertencente à comunidade em que a instituição está inserida. Dessa forma, tais práticas fazem parte do processo de Musealização, que segundo (ARAÚJO, 2013, p.18), é o “processo técnico de adquirir, documentar e exibir um objeto”. Por sua vez, o patrimônio imaterial também é salvaguardado através de objetos que o simboliza e o expõe. Nesta linha, (JESUS, 2014 p.103) expõe que “o que se vê quando se musealiza o patrimônio imaterial, são seus correlatos materiais, ou seja, objetos que podem expressar a imaterialidade do patrimônio em questão”. Também neste contexto (LIMA, 2012, p.44) ressalta que o “intangível, sendo ‘contexto’, perpassa e

abarcam os bens materializados, isto é, os ‘textos’ tratados pela Musealização”, assim, é importante que tal patrimônio esteja incluso no livro de registro que “é um instrumento que protege o patrimônio do museu e oferece ao administrador um quadro exato das aquisições, depósitos e alienações” (SANTOS, 2000, p.54). Neste seguimento, Mário de Andrade, escritor e intelectual inicialmente mencionado neste estudo, explicita a importância do museu na exposição do patrimônio nacional através da seção dos museus em seu anteprojeto. Assim, define claramente que esta seção “é órgão [...] enriquecedor e expositor do patrimônio artístico nacional pertencente ao Governo Federal” e que a ela compete “[...] organizar exposições regionais e federais, por meio da veiculação das obras tombadas pertencentes aos poderes públicos federais e estaduais e as coleções particulares” (IPHAN, 1980, p.65). Nisto, Chagas (2006, *apud* DROPA *et al*, 2016, p.7-8) frisa que para o escritor do Modernismo, o museu “está na compreensão desses espaços como agência educativa, como veículos de participação da coletividade”. De tal modo, outro fator inegavelmente contributivo para a preservação e expansão dos bens culturais é a educação patrimonial que, de acordo com o (IPHAN, 2014, *on-line*), constitui-se de:

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

De certo modo, pode-se assegurar que a educação patrimonial também é uma forma de proteção do acervo e da memória desta comunidade. Seguindo esta via, à luz do pensamento de Chagas mencionado por Droga *et al* (2016), o museu e o patrimônio descrevem histórias e fazem a intervenção entre épocas, grupos e pessoas distintas. Nisto, o autor destaca ainda que ambos “são pontes, janelas ou portas que servem para a narração e comunicação, servindo, portanto, para nos humanizar” (CHAGAS, 2006, *apud* DROPA *et al.*, 2016, p.22). Desse modo, o museu pode interagir com outras instituições como escolas, bibliotecas, centros culturais, entre outros locais que podem contribuir para proteção da memória e do patrimônio, através do processo de mediação e interdisciplinaridade.

Assim sendo, todas estas práticas só serão possíveis com a ligação entre a instituição, os órgãos responsáveis e os profissionais que compõem o museu, uma vez que a salvaguarda do patrimônio deve encontrar-se também como uma prática social, educativa e política.

3 MUSEU AFRO-BRASILEIRO DA CIDADE DE LARANJEIRAS

No ano de 1976, a cidade de Laranjeiras apresentou a primeira edição do encontro cultural a sua comunidade, propiciando a explanação e visibilidade da cultura popular local, culminando também com a inauguração do primeiro Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (MABS), oficializado pelo Decreto nº 3.339, pertencente à Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). Porém, no ano vigente, devido à exclusão do Ministério da Cultura, algumas secretarias foram unificadas; com isto, a SECULT passou a pertencer à Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC), sendo a atual responsável pelo gerenciamento dos Museus, Bibliotecas Públicas Estaduais e o Arquivo Público de Sergipe.

Logo, o MABS foi instalado em um prédio do século XIX, tombado pelo IPHAN, conhecido como Casa Aquiles Ribeiro, situado na Rua José do Prado Franco, nº 70, com características arquitetônicas do neoclassicismo, destacando registros do sincretismo religioso e da cultura africana na formação do povo brasileiro, por meio de objetos que retratam a escravidão e a fase açucareira de Sergipe do século XIX. Cabe sublinhar que esta instituição considerada como Museu de História, tem por objetivo pesquisar, preservar e mostrar através de suas exposições permanentes e temporárias pontos marcantes da história no período da monocultura canavieira. Assim, esta UI é dedicada à herança cultural de matriz africana e suas primeiras coleções tem origem no Terreiro Oxossi Tawamin, localizado em Aracaju, dirigido pelo Pai de Santo Lê (Sr. Gilberto da Silva) e, a essa coleção, foram adicionadas as da religiosidade Nagô. É um espaço de memória da identidade da população afro e se apresenta como o lugar da exposição permanente que evidencia objetos da presença negra em Sergipe, nos campos do trabalho e da religiosidade.

Figura 1 – Fachada do MABS

Fonte: Juliana de Jesus (2019)

3.1 ACERVO DO MUSEU AFRO

O acervo do MABS representa a vida dos brancos, a escravidão dos negros e sua religiosidade. Portanto, no tópico seguinte, será exposta parte do material referente a este período histórico brasileiro, no que concerne ao patrimônio cultural e à memória coletiva representada por meio de exposições. Como se pode observar nos seguintes quadros.

Primeiramente, tem-se a sala voltada para a Economia Açucareira, espaço expositivo do engenho, principalmente o Massapé (Solo escuro encontrado no Nordeste):

Quadro 1 – Peças referentes à Economia Açucareira

PEÇA	CANGAS DE BOI, Madeira, século XX
Procedência	Doação da Paróquia de São José/Malhador – SE
PEÇA	CACUÁ EM FIBRA DE CIPÓ, século XX
Procedência	Compra do MABS/SECUR
PEÇA	CARRO DE BOI, Madeira, século XX
Procedência	Doação/ Tomar do Geru –SE
PEÇA	GAMELA, Madeira, século, XIX
Procedência	Doação da Paróquia São José/Malhador – SE
PEÇA	ARADO, Ferro, século XIX
Procedência	Doação da Fazenda Varzinhas/Laranjeiras – SE
PEÇA	ARADO PALHADÃO, Instrumento agrícola adotado na cultura canavieira, século- XIX
Procedência	Doação, Fazenda Varzinhas /Laranjeiras – SE
PEÇA	MOENDAS DE CANA, DE CAFÉ E DE MANDIOCA
Procedência	Sem identificação
PEÇA	PRENSAS DAS CASAS DE FARINHAS
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

A segunda sala direciona-se aos Instrumentos de Tortura dos Negros, composta por objetos utilizados pelos senhores de engenho para torturar os negros com intuito de mantê-los em seu poder.

Quadro 2 – Peças referentes aos Instrumentos de Tortura dos Negros

PEÇA	PALMATÓRIA, Madeira, século XIX
Procedência	Doação da Senhora Lindnalva/ Laranjeiras –SE
PEÇA	CHICOTE, Madeira e Couro, século XX
Procedência	Doação do Sr. Amintas/Laranjeiras- SE
PEÇA	TORNOZELEIRA, Ferro, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador – SE
PEÇA	CORRENTE, Ferro, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/Malhador – SE
PEÇA	GARGALHEIRA, Ferro, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador - SE
PEÇA	TRONCO DE PÉS OU PESCOÇO, Madeira e Metal, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador - SE
PEÇA	ALGEMA (ANJINHO), Ferro, século XX, Réplica
Procedência	Compra do Artesão Sr. Jorge (Irmão Coveiro) / Aracaju
PEÇA	MORDAÇA, Ferro, século XX, Réplica
Procedência	Compra do Artesão Sr. Jorge (Irmão Coveiro) /Aracaju
PEÇA	FOTOGRAFIAS DO FILME CHICO REI, filme que conta a história do primeiro homem negro proprietário de terra no Brasil.
Procedência	Doação do Sr. Severo D’Acelino/ Cidade: Aracaju
PEÇA	TRONCOS, BOLA-DE-FERRO, CHIBATAS E QUADROS QUE RETRATAM A ESCRAVIDÃO
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Na terceira sala encontram-se expostos mobiliário e utensílios domésticos de uso da Casa Grande:

Quadro 3 – Peças referentes ao mobiliário e utensílios domésticos

PEÇA	SOFÁ, CADEIRA E MESA DE CENTRO, Madeira e Palhinha, estilo Austríaco, século XX
Procedência	Compra da prefeitura M. de Laranjeiras. Pertencente a Fazenda Massapé/ Riachuelo – SE
PEÇA	CADEIRA DE ARRUAR. Madeira e Tecido, século XIX.
Procedência	Transferência do Museu Histórico de Sergipe. Pertenceu à Prof. ^a Possidônia Maria de Santana Cruz Bragança/ Laranjeira- SE
PEÇA	CAMA, Madeira e Lastro em palhinha estilo império (TIPO MARQUESA), século XIX.

Procedência	Doação do Prof. ^a Jorge Luiz Santos.
PEÇA	ALMOFADAS. Bordados em ponto cruz e crochê, século XXI
Procedência	Doação da Sra. Rute Modesto
PEÇA	BAÚ/MALA. Madeira, século XIX
Procedência	Doação/Laranjeiras – SE
PEÇA	CADEIRA DE MADEIRA do século XX
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Na quarta sala expõem-se os objetos utilizados nos trabalhos diários na cozinha da Casa Grande.

Quadro 4 – Peças referentes à cozinha da Casa Grande

PEÇA	TACHOS, Metal, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador - SE
PEÇA	TREMPE, Ferro, século XX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/Malhador - SE
PEÇA	TACHOS, Bronze, século XIX
Procedência	Compra do acervo do Sr. José Augusto Garcez/ Malhador – SE
PEÇA	PANELA, Barro, século XX
Procedência	Compra da Secretaria de Educação e Cultura/Aracaju
PEÇA	PILÃO, Madeira, século XX
Procedência	Doação da Fazenda Pilar/Laranjeiras – SE
PEÇA	MOEDOR DE GRÃO DE CAFÉ, ferro, sec. XIX
Procedência	Doação da Fundação A.F. & CIA/São Paulo
PEÇA	APARADOR, Madeira, século XIX
Procedência	Doação/Laranjeiras – SE
PEÇA	FRIGIDEIRA OVAL, Ferro e Ágata, século XIX
Procedência	Doação da Senhora Maria Julia/ Riachuelo – SE
PEÇA	MESA, CADEIRAS, PEÇAS EM LOUÇA, CANECAS, POTES, PANEAS DE BARRO, CHALEIRA DE FERRO, CANDEEIRO, LAMPARINAS, FERRO DE PASSAR, ROUPA DA MUCAMA ETC.
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Já no pavimento superior, encontram-se as salas direcionadas ao universo religioso Afro-brasileiro presente na comunidade, tanto pelo Terreiro Filhos de Obá quanto pelo Nagô.

Quadro 5 - Peças referentes à Religião Nagô

PEÇA	OTÁS (ASSENTAMENTOS DOS ORIXÁS) que pertence ao Babalorixá Luiz Tavares da Silva – Italaxê (IN MEMORIAM)
Procedência	Doação do Terreiro Filhos de Obá/ Laranjeiras- SE
PEÇA	QUADRO - Primeira Lôxa do Nagô- Ubelinda Araújo- Terreiro Santa Bárbara Virgem
Procedência	Sem identificação
PEÇA	QUADRO - Segunda Lôxa do Nagô- Maria de Lourdes Santos- Terreiro Santa Bárbara Virgem
Procedência	Sem identificação
PEÇA	QUADRO - Terceira Lôxa do Nagô- Bárbara Cristina dos Santos (atual) Terreiro Santa Bárbara Virgem
Procedência	Sem identificação
PEÇA	Instrumentos, adereços da religião e indumentárias do Babalorixá e da Lôxa
Procedência	Sem identificação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019)

Ainda no pavimento superior, estão diversas peças referentes aos Orixás: Nanã, Oxalá, Ogum, Ossanha/Ossain, Oxóssi, Oxumaré, Xangô, Yansão, Oxum e Yemanjá.

No Corredor das Personalidades, localiza-se a exposição temporária *A face das Mulheres Negras de Laranjeiras*: exposição fotográfica que apresenta a força das mulheres negras da comunidade, como: D. Maria (Samba de Coco da Mussuca), D. Marieta (Filhos de Obá), Umbelina Araújo, Zizinha Guimarães (professora-pianista e compositora-1872-1964), D. Nadir (Samba de Pareia da Mussuca), Marizete (vereadora da Mussuca), Maria do Espírito Santo, Bárbara Cristina, Maria Luiza Ribeiro, Maria Adelaide Ribeiro, Verônica Consuelo.

O museu também possui uma sala destinada às exposições temporárias, em que muitas destas exibem as Manifestações Folclóricas e Populares que fazem parte da memória coletiva da comunidade, montadas geralmente no mês de agosto²; como também exposições e intervenções sobre diversos temas, realizadas por pessoas da comunidade e por alunos da UFS, como é o caso da atual: “*Violentômetro: nenhuma a menos! Peça ajuda*”, que aborda as diversas formas de violência contra a mulher.

3.2 SALVAGUARDA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO MABS

Os objetos da Monocultura Açucareira e Cultura Afro-Brasileira que constituem o acervo do MABS são adquiridos normalmente através de Compra, feita após

² O dia do Folclore é celebrado internacionalmente no dia 22 de agosto.

o processo de seleção e aprovação do orçamento adquirido pela instituição museal; Doação, que é o procedimento em que as obras são doadas ao museu e são aceitas mediante seleção, verificando o estado de conservação da obra e sua pertinência à área de interesse da coordenadoria da UI. Cabe destacar também que o registro dos materiais do acervo desta instituição não é atualizado com frequência.

Segundo a responsável do local, o MABS é um espaço museal que não possui um plano museológico, pois, o plano que existe é cópia de outra região que não está de acordo com a realidade desta UI. Assim, para desenvolver o processo de musealização de seus itens, é feita uma avaliação do valor histórico do objeto, além de associá-lo a tipologia do Espaço Museal. Logo, a organização e disseminação da informação são desenvolvidas através das histórias do próprio acervo e de pesquisas. Dessa forma, as informações adquiridas são exibidas por meio de etiquetas expostas nas peças do acervo.

Ainda de acordo com a diretora da UI, em relação à Educação Patrimonial, o MABS realiza ações educativas com crianças, adolescentes e idosos, utilizando registros fotográficos, vestuários e instrumentos das manifestações folclóricas local, além de convidar os mestres para que, desta forma, a instituição esteja tecnicamente cumprindo um dos seus conceitos no âmbito do ensino. De tal modo, tais ações estão presentes em todos os eventos, nas datas comemorativas, estando inclusas em todos os projetos, através de parcerias com a Fundação de Cultura e Arte Aperipê (FUNCAP), Prefeitura Municipal de Laranjeiras e Universidade Federal de Sergipe, sendo também uma forma de salvaguardar e disseminar o patrimônio e a memória da localidade.

Diante do exposto, compreende-se que é fundamental reconhecer a importância do MABS, principalmente por estar inserido numa comunidade de influência africana, como também por ser um museu responsável pela proteção de parte significativa da história afro-brasileira no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar neste estudo, que a cidade de Laranjeiras é valiosa em tradição popular e, conseqüentemente, possuidora de um significativo patrimônio cultural formado ao longo dos séculos. De tal modo, o objetivo geral deste trabalho consistiu em descobrir como este patrimônio é salvaguardado pelo Museu Afro. Evidenciou-se os materiais representativos do referido patrimônio cultural, protegidos pelo MABS e também identificou-se como é desenvolvida a gestão informacional da instituição.

Diante disso, concluiu-se que o patrimônio cultural também é formador da memória coletiva, uma vez que ambos são naturalmente indissociáveis, fazendo parte do cotidiano do indivíduo, que ao longo da história sentiu a necessidade de reestabelecer o passado, transmitindo seus saberes e tradições no presente, com o propósito destas serem perpetuadas.

Retratou-se também a interdisciplinaridade da Ciência da Informação com a Museologia ao mostrar que os museus são gestores do patrimônio cultural e da memória coletiva da comunidade pertencente, compreendendo que salvaguardam as fontes informacionais que se encontram sob sua responsabilidade. Tais instituições podem ser vistas como instrumentos que possibilitam a articulação entre o bem cultural e a comunidade pertencente, sendo um constante processo de interação do indivíduo e da memória do grupo em que está inserido.

O presente estudo faz parte de uma monografia apresentada para conclusão do curso de biblioteconomia e documentação da Universidade Federal de Sergipe, que destacou de forma mais aprofundada a historicidade, importância, acervo, salvaguarda e disseminação da informação do Museu afro-brasileiro da comunidade laranjeirense, em que foi possível observar, através da análise, que esta instituição informacional não é detentora de uma ampla representatividade dos afrodescendentes, pois, no local, destacam-se principalmente as características da monocultura canavieira, utensílios domésticos da casa grande, os instrumentos utilizados para torturar os escravos e os símbolos da religiosidade de matriz africana, não incluindo em seu bojo de exposições permanentes a herança folclórica proveniente dos imigrantes africanos.

Dessa forma, por se referir a um Museu Afro, entendeu-se que se faz necessário que esta UI deveria também ressaltar a forma de ser e fazer do seu povo, principalmente aqueles que colaboraram para o enriquecimento cultural da comunidade, a exemplo dos negros que fixaram a cultura popular, com seus folguedos, como também a integração da religiosidade afro-brasileira.

Observou-se ainda que a cidade de Laranjeiras contribui significativamente para a construção das tradições culturais e sociais do estado sergipano. Todavia, é preciso que o IPHAN e os poderes públicos do município, por meio de políticas culturais de patrimonialização imaterial, reconheçam os grupos folclóricos como um bem cultural devidamente registrado, sendo imprescindível também que os órgãos responsáveis invistam continuamente em seus lugares de memória, para que estes protejam plenamente o patrimônio cultural local.

Por fim, conclui-se que o MABS é um importante instrumento para a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de Laranjeiras que precisa, contudo, de uma ressignificação identitária para abranger completamente a cultura afro da cidade com seus costumes e seus personagens, para, assim, promover a valorização da memória do patrimônio histórico afrodescendente laranjeirense.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia e ciência da informação: diálogos possíveis. **Museologia & interdisciplinaridade**, v. 1, nº4, maio/junho. UFMG, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/viewFile/9624/7103>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- ASSIS, Wilson Rocha. O patrimônio cultural e a tutela jurídica das identidades. In: CUREAU, Sandra et al. (Coords.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 63-78.
- BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm#art50. Acesso em: 07 jul. 2018.
- DROPA, Márcia Maria *et al.* A educação patrimonial como instrumento efetivo na preservação do patrimônio cultural. **Fórum internacional de turismo do Iguaçu, 10**. Paraná. 2016. Disponível em: <http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2017/04/1.-A-EDUCA%C3%87%C3%83O-PATRIMONIAL-COMO-INSTRUMENTO-EFETIVO-NA-PRESERVA%C3%87AO-DO-PATRIM%C3%94NIO-CULTURAL.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.
- ICOM - Conselho Internacional de Museus. **Código de ética para museus**: versão lusófona. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.mp.usp.br/sites/default/files/arquivosanexos/codigo_de_etica_do_icom.pdf. Acesso em: 13 jul. 2018.
- IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Museu e turismo**: estratégias de cooperação. Brasília, DF, 2014, 80 p.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens inventariados**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- _____. **Educação patrimonial**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- _____. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília, DF, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 14 jul. 2018.

JESUS, Priscila Maria de. Uma reflexão sobre o processo de musealização: o patrimônio imaterial nos espaços museais. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], n. 4, July 2014. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4633>. Acesso em: 22 nov. 2018.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** v.7 no.1 Belém Jan./Apr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100004. Acesso em: 20 jul. 2018.

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago/dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57516/36041>. Acesso em: 16 jul. 2018.

SANTIAGO JÚNIOR; F. das C. F. **Dos lugares de memória ao patrimônio:** emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. Projeto História, São Paulo, n. 52, p. 245-279, Jan.- Abr. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/49137539-Dos-lugares-de-memoria-ao-patrimonio-emergencia-e-transformacao-da-problematika-dos-lugares-1.html> Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade. Tradução: **Ibram**. BR. 2017. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Recebido/ Received: 01/08/2019 Aceito/ Accepted: 03/08/2019 Publicado/ Published: 11/09/2019
--